

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA DO INTERIOR DE SÃO PAULO: ORIENTAÇÃO TEÓRICO FILOSÓFICA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

CONCEIÇÃO, Aline de Novaes¹
SOBRAL, Pedro Henrique²

1

RESUMO

Apresentam-se neste texto, resultados obtidos com o objetivo de compreender o *Projeto Político Pedagógico* de uma escola, especificamente os aspectos relacionados a orientação teórica filosófica e a educação inclusiva. Para isso, selecionaram-se o *Projeto Político Pedagógico* de uma Escola pública municipal de Educação Infantil e de Ensino Fundamental localizada no interior do estado de São Paulo. Constataram-se que a orientação teórico filosófica contida no documento analisado está relacionada com os princípios de Vygotsky e a educação inclusiva contida, consistia de trechos de uma legislação que enfatiza a necessidade da matrícula de todos os alunos.

Palavras chave: Educação. Escola. Proposta pedagógica. Inclusão.

ABSTRACT

In this text, results obtained with the goal to understand the Pedagogical political project of a school, specifically aspects related to theoretical philosophical orientation and inclusive education. To do this, you have chosen the Pedagogical political project of a municipal Public School kindergarten and elementary school in the State of São Paulo in Brazil. It was noted that the theoretical philosophical orientation contained in document reviewed is related to the principles of Vygotsky and the inclusive education contained consisted of excerpts from legislation that emphasizes the need for registration of all students.

Keywords: Education. School. Pedagogical proposal. Inclusion.

1. INTRODUÇÃO

A nomenclatura relacionada ao projeto pedagógico da escola pode ser localizada de diferentes formas, neste trabalho, optei por utilizar *Projeto Político Pedagógico* (PPP) de acordo com o defendido por Vasconcellos³ (2009, p. 19) por considerar “[...] importante manter o político para jamais descuidarmos dessa dimensão tão decisiva do nosso trabalho,

¹ Professora da rede municipal de Garça/SP, Ensino Fundamental I, especializanda em Educação Especial e Inclusiva e Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista – UNESP- “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências - FFC, Marília, São Paulo, e-mail: alinenovaesc@gmail.com

² Graduando em filosofia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP- “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências - FFC, Marília, São Paulo, e-mail: Pedro_h_sobral@hotmail.com

³ Além desse autor, outros tratam do PPP, a saber: Abdalla (2007), Cação (2010), Udemo (2012), Veiga (1991, 2001, 2010).



não nos esquecermos dos coeficientes de poder presentes nas práticas educativas e nas suas interfaces com a sociedade como um todo.”.

Atualmente, na formação docente há novos aportes teóricos e metodológicos baseados na ideia de diversidade, nesse sentido, pode-se utilizar o PPP para registrar esses aportes. O PPP é um instrumento teórico e metodológico definidor das relações na escola e da sociedade, nesse documento, deve conter as seguintes questões relacionadas ao aprender “O que, para que, para quem e como”. Essas questões auxiliam a organização do espaço e do fazer escolar.

Esse documento deve ser utilizado na busca da transformação do espaço escolar se constituindo enquanto plano do ano letivo, o projeto deve contemplar reflexões em três dimensões: análise da realidade; projeção das finalidades e reelaboração de formas e mediação com planos de ação (VASCONCELLOS, 2009).

Em suma, o PPP é um plano sistemático da instituição escolar elaborado a partir da colaboração de toda a comunidade escolar (diretores, professores, alunos, funcionários e família) em uma perspectiva democrática. Esse plano é flexível e é um caminho para construção da identidade da instituição e sua elaboração deve partir da caracterização da comunidade escolar, buscando a transformação.

A partir dessa constatação, objetivamos compreender o PPP de uma escola, especificamente os aspectos relacionados a orientação teórica filosófica e a educação inclusiva.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Material de métodos

Para a realização da pesquisa, selecionamos o PPP de uma Escola pública municipal de Educação Infantil e de Ensino Fundamental (EMEIEF) localizada no interior do estado de São Paulo. Esse documento foi analisado a partir de pesquisa bibliográfica realizada sobre o tema.

2.2 Resultados e discussão

2.2.1 Orientação teórico filosófica de um PPP de uma cidade do interior de São Paulo

No PPP selecionado para análise, está abrangida a organização de uma escola que atende crianças do maternal II (três anos) ao 5º ano (10 anos). Esse PPP é organizado contendo os seguintes itens: Justificativa; Apresentação e Caracterização da Escola; Recursos Técnicos e Pedagógicos; Recursos Humanos; Docente; Administrativo; Funcionários; Estagiários Remunerados; Análises do Processo Educacional 2014; Organização séries/ano; Apoios Pedagógicos e

horários (informática, Educação Física, arte), funções dos sujeitos da instituição; identificação da equipe escolar; Princípios Organizativos da Educação Infantil; Metas e Expectativas de Ensino e Aprendizagem; Princípios Organizativos do Ensino Fundamental; Metas para o Ciclo I; Princípios Organizativos de Ensino para o Ciclo I; Avaliação Ciclo I; Princípios Organizativos do Ensino Para o Ciclo II; Ciclo II, Metas para o Ciclo II; Avaliação Ciclo II; Organização escolar: Formas existentes de organização do trabalho pedagógico na unidade; Avaliação dos Anos Anteriores; Identificação dos Problemas e Prioridades da escola (estrutura física, organização, pedagógico, Prioridades da escola, da estrutura física, organizacional e pedagógica); Projeto, *Ler e aprender com emoção e prazer* e Anexos.

Buscando localizar os princípios teóricos e filosóficos do PPP, focalizamos a seção “Propostas pedagógica e metodológica”. Segue na íntegra a seção mencionada:

3- PROPOSTAS PEDAGÓGICA E METODOLÓGICA

A proposta pedagógica da EMEIEF ***** leva em conta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, a Constituição Brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Concepção Metodológica do Sistema SESI de Ensino, expressa nos Referenciais Curriculares da Rede Escolar do Sistema SESI- SP. Este visa contribuir para formar cidadãos que:

- saibam relacionar-se de maneira seletiva e crítica com o universo de informações que atêm;
- acesso no seu cotidiano, podendo fazer uso e transitar de forma versátil e competente;
- sejam agentes criadores de novas manifestações culturais, na medida em que são incentivados por uma convivência que encoraja a ação autora por garantir a autoestima e o autoconceito dos indivíduos;
- tenham habilidades e competências para utilizar os instrumentos de sua cultura;

-possuam as habilidades necessárias para ser um aprendiz permanente.

A metodologia de ensino desta Unidade Escolar tem base na proposta sócio-interacionista, ou seja, o sócio-interacionismo é uma teoria de aprendizagem cujo foco está na interação. Segundo esta teoria, a aprendizagem dá-se em contextos históricos, sociais e culturais e a formação de conceitos científicos dá-se a partir de conceitos cotidianos. Desta forma, o conhecimento real da pessoa é ponto de partida para o conhecimento potencial, considerando-se o contexto sociocultural. De acordo com os referenciais curriculares do Sistema SESI de ensino sua concepção baseia-se no ensino – aprendizagem – pesquisa e sua postura metodológica se constitui do diálogo entre os Atores: Professor – aluno – Objeto de conhecimento. Sua abordagem interdisciplinar é decorrência natural do processo de construção de conhecimento e pressupõe uma estrutura metodológica de superação das partes que compõem o todo da realidade. A interdisciplinaridade também pressupõe o diálogo.

“DESDE OS PRIMEIROS DIAS DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA, SUAS ATIVIDADES ADQUIREM UM SIGNIFICADO PRÓPRIO, UM SISTEMA DE COMPORTAMENTO SOCIAL E, SENDO DIRIGIDA A OBJETIVOS DEFINIDOS SÃO REFRAZADAS ATRAVÉS DO PRISMA DO AMBIENTE DA CRIANÇA. O CAMINHO DO OBJETIVO ATÉ A CRIANÇA, É DESTA ATÉ O OBJETO,

PASSA ATRAVÉS DE OUTRA PESSOA. ESTA ESTRUTURA HUMANAMENTE COMPLEXA É O PRODUTO DE UM PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO PROFUNDAMENTE ENRAIZADO NAS LIGAÇÕES ENTRE HISTÓRIA INDIVIDUAL E HISTÓRIA SOCIAL”. (VYGOTSKY) (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2014, p. 21).

De acordo com a citação do trecho acima, é possível constatar que no PPP analisado é mencionado que a teoria que embasa a instituição é a sócio interacionista de Vygotsky, ou seja, que o aprender ocorre a partir da interação com o outro, assim, o conhecimento e o ensino tem um caráter cultural e histórico.

Vygotsky é um autor possível de ser utilizado por aqueles que defendem a inclusão, a diversidade, pois valoriza o social, o aprender com o outro independente do biológico e da diversidade. Em contrapartida temos autores que apenas mencionam o biológico e as limitações e impossibilidades causadas pelas crianças que apresentam alguma deficiência.

Assim, a partir desse autor há mais possibilidades de ensinar a pessoa com deficiência, visto que ela pode aprender independente das suas limitações biológicas, claro que esse aprender dependerá da zona do seu desenvolvimento. É necessário considerar esse desenvolvimento para que se tenha um desenvolvimento real.

Apesar dessa relação de Vygotsky com a inclusão, no trecho acima, não é posto claramente a diversidade, ou seja, é como se a inclusão não fosse um aspecto constituinte da proposta pedagógica da escola.

Vale destacar que a instituição e as demais instituições municipais da cidade, utilizam material apostilado com crianças a partir de quatro anos, esse material é do sistema do Serviço Social da Indústria (SESI). Dessa forma, princípios filosóficos e teóricos da instituição também são baseados nos princípios do SESI.

Dentre esses princípios, há a valorização da independência do aluno, a valorização da formação do aluno que aprende sozinho e constantemente, denominando-o de “pesquisador”, além disso, há a valorização de produtores e utilizadores de cultura e por fim, há a valorização do diálogo no aprender.

Consideramos que há deficiências em que o aluno precisa de um auxílio de uma ajuda, seja de estagiária ou de professora auxiliar ou de um amigo da turma, no documento isso não é mencionado.

O fato de se valorizar o diálogo na relação de ensino e aprendizagem é positiva, pois com isso se tem mais possibilidade de compreender a maneira que o aluno está elaborando o conhecimento, o que está compreendendo e o que precisa mudar.

2.2.1 Educação Inclusiva de um PPP de uma cidade do interior de São Paulo

No PPP em questão, como mencionado, também buscamos localizar aspectos da inclusão, localizamos um item localizado após a “Proposta pedagógica e metodológica” da instituição, que segue na íntegra:

5

DA INCLUSÃO

Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, parecer CNB/CEB 17/2001

Art 2º. Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e deem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva.

Art.5º. Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem:

Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

Aquela não vinculada a uma causa orgânica específica;

Aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

Dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

Altas habilidades/ superdotação, grande facilidade de aprendizagem que o leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

Art.6º. Para a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, a escola deve realizar, com assessoramento técnico, avaliação do aluno no processo de ensino e aprendizagem, contando, para tal, com:

A experiência de seu corpo docente, seus diretores, coordenadores, orientadores e supervisores educacionais;

O setor responsável pela educação especial do respectivo sistema.

(PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2014, p. 22).

Assim, é possível constatar que no PPP da escola analisada, ao ser tratado sobre a inclusão é citado uma diretriz para Educação Especial do ano de 2001, destaco que que no PPP poderia ter havido a citação de um documento relacionado a Educação Inclusiva e não apenas Educação Especial, considerando os vários âmbitos dessa educação inclusiva que está além da educação especial, ou seja, além das deficiências, a saber: nível socioeconômico baixo, negros, índios, e demais minorias desfavorecidas.

No PPP é mencionado que os sistemas de ensino devem organizar o atendimento ao educando com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), mas não se menciona de qual forma. Considerando que NEE são alunos com dificuldades acentuadas no aprender e

dificuldades de comunicação, é mencionado que o atendimento aos alunos com NEE deve ser realizado com “assessoramento técnico e avaliação do aluno”.

Mendes (2006) afirma que em 1990 foi efetivada a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais e Especiais e em 1997 a Declaração de Salamanca, que difunde a filosofia da Educação inclusiva, onde houve avanços relacionados a legislação e a propagação de educacional de teorias e práticas inclusivas em muitos países, incluindo o Brasil.

É possível constatar que no PPP analisado, o trecho que menciona a inclusão constitui-se apenas de citações de uma legislação, Mendes (2006, p. 401) menciona que “[...] cada comunidade deve buscar a melhor forma de definir e fazer a sua própria política de inclusão escolar respeitando as bases históricas, legais, filosóficas, políticas e também econômicas do contexto no qual ele irá efetivar-se.”. (MENDES, 401).

Assim, consideramos que a instituição deveria ter apresentado planos para o atendimento dos incluídos e dos alunos com NEE, mencionando o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o trabalho colaborativo do profissional desse atendimento com a professora da sala regular.

Baretta e Canan (2012, p. 11) mencionam que a atual *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*,

no art. 58 § 1º, garante que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. Neste artigo, há a afirmação do dever do Estado de fornecer, quando necessário, serviços de apoio especializado na escola regular, visando atender às necessidades especiais dos alunos, sabendo que a efetivação desses serviços devem ser permanentes, visto as próprias “peculiaridades dos alunos da educação especial. Ainda o art. 59 preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos com necessidades educacionais especiais currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar.

É importante considerar que os “[...] sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE) [...]” (BARRETTA; CANAN, 2012, p. 12).

Na realidade dessa instituição há uma Classe de Apoio Pedagógico Especializado (CAPE), que atende crianças com Deficientes Intelectuais que estudam na escola e em outras escolas da rede municipal da cidade, todavia, essa classe não foi citada no documento e nem o trabalho realizado nesse âmbito.

Assim, na realidade da instituição analisada há muito mais fazer relacionado à inclusão do que o que é apresentado no PPP. Aparentemente, a apresentação o item inclusão foi mais burocrática e apenas foi inserida para constar no documento, não havendo uma descrição do verdadeiro trabalho realizado na instituição com a inclusão, e tampouco um plano de ação e intervenção para esses alunos.

Todavia o fato de haver um item direcionado a inclusão demonstra que seja o diretor, ou coordenador pedagógico, professor ou supervisores consideram importante a inclusão e a mencionam no documento, a próxima etapa seria mencioná-la de forma real e com propósitos que auxiliem o trabalho efetivo da instituição escolar, pois como menciona Barretta e Canan (2012, p. 3) “[...] o importante e imprescindível é trabalhar para que a política aconteça, contemplando de forma efetiva o processo de desenvolvimento e aprendizagem do principal sujeito da esfera educacional: o aluno.”

7

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, apresentamos uma breve análise de um PPP de uma Escola pública municipal de Educação Infantil e de Ensino Fundamental (EMEIEF) localizada no interior do estado de São Paulo, enfocando, a orientação teórico filosófica e a educação inclusiva.

Com isso, foi possível compreender que a orientação teórico filosófica contida no PPP está relacionada com os princípios do autor Vygotsky, valorizando o social no aprendizado que, segundo os elaboradores do PPP, ocorre com interação e diálogo.

O documento analisado também apresenta princípios do sistema do Serviço Social da Indústria (SESI), tendo apostilas para os alunos a partir dos quatro anos. Fato que de certa forma atrapalha a autonomia da instituição no ensino e se constitui enquanto barreira para a formação da identidade da escola.

Ao analisar a forma que a inclusão estava contida no documento, constatamos que na prática ocorrem ações relacionadas a inclusão que não foram mencionadas, sendo mencionados apenas trechos de uma legislação que enfatiza a necessidade dos sistemas de ensino matriculem todos os alunos cabendo a escola a organização para que se atenda com qualidade os educandos com Necessidades Educacionais Especiais.

É necessário conhecer a legislação, mas no PPP é mais efetivo que se tenha um plano de ação e tenha a descrição da maneira que a instituição pensa e realiza o trabalho inclusivo destacando o trabalho com os alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

4. REFERÊNCIAS

ABDALLA, M.F.B. A construção do projeto político-pedagógico e a formação permanente dos professores: possibilidades e desafios. In: VEIGA, I.P. A. (org.) *Quem sabe faz a hora de construir o projeto político-pedagógico*. Campinas: Papirus, 2007, p. 153-173.

8

BARRETTA, Emanuele Moura; CANAN, Silvia Regina. Políticas públicas de educação inclusiva: avanços e recuos a partir dos documentos legais. In: IX APEND SUL SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO NA REGIÃO SUL, IX, 2012, Caixas do Sul, *Anais...*p. 1-15.

CAÇÃO, Maria Izaura. Elaborando o Projeto Político Pedagógico. UDEMO. Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo. Diretor

UDEMO. *Revista do Projeto Pedagógico 2010*. São Paulo: UDEMO, 2010.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v.11, n. 33, set./dez. 2006.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Garça: 2014.

UDEMO. Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo. **Revista do Projeto Pedagógico**. 2010. Disponível em: <http://www.udemo.org.br/RevistaPP.htm>. Acesso em: 01 jul. 2012.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Coordenação do trabalho pedagógico*. São Paulo: Libertad editora, 2009.

VEIGA, I. P. A. Escola, currículo e ensino. In: Veiga, Ilma Passos Alencastro; Cardoso, Maria Helena Fernandes (Orgs.). *Escola fundamental: currículo e ensino*. Campinas: Papirus, 1991.

_____. Projeto Político-Pedagógico: Novas trilhas para a escola. In: VEIGA, I.P. A.; FONSECA, M. (orgs.). *As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola*. 8. ed. Campinas: Papirus, 2001, p. 45-66.

_____. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I.P. A. (org.) *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 27. ed. Campinas: Papirus, 2010, p. 11-35.